

DEMISSÕES PROVOCAM CLIMA DE TERROR ENTRE FUNCIONÁRIOS

A prática já está virando rotina: toda semana a PUC-SP demite um número indeterminado de funcionários. São as chamadas "demissões pontuais", já que a Fundasp descartou as demissões em massa. Porém, em um curto período de seis meses, a AFAPUC já contabilizou cerca de 60 demissões, na última semana mais quatro casos se somaram a elas. Estes números tendem a aumentar uma vez que estatísticas oficiais não são divulgadas.

Funcionários que dedicaram décadas de suas vidas vestindo a camisa da universidade hoje são descartados de maneira absurda, principalmente se lembrarmos que estamos em uma instituição que diz se nortear pelos princípios cristãos.

A alegação é sempre a mesma: a PUC-SP está realizando reestruturação em seu quadro administrativo. Porém a maioria das demissões não é repostada, quando acontecem novas contratações, elas são feitas através da nova tabela de salários, com valores abaixo daqueles praticados com os funcionários antigos.

A esse quadro somam-se as demissões voluntárias daqueles que não vêm mais futuro em suas carreiras, sem possibilidade de crescimento profissional devido à ausência de um plano de cargos e salários efetivo e com salários abaixo dos praticados pelo mercado.

A situação dos professores difere pouco, porém, ao invés de demissões no quadro, que podem se configurar altamente onerosas, a reitoria e a Fundação São Paulo enxugam turmas e acenam com diminuição de ho-

ras acadêmico-administrativas.

HIGLIMP ATRASA SALÁRIOS

Por outro lado os funcionários da empresa terceirizada Higlimp, que cuida da limpeza da universidade, denunciaram à AFAPUC que estão com os salários referentes ao mês de maio em atraso e também ainda não receberam o vale-transporte e o vale alimentação deste mês, tendo que vir trabalhar com seus próprios recursos e se alimentando precariamente.

A AFAPUC sempre se manifestou contra a terceirização das funções, que acarretam o descompromisso da gestão da universidade com os seus trabalhadores. Esta não é a primeira vez que a PUC-SP sofre com terceirizadas que não cumprem com suas obrigações trabalhistas. Porém, longe de ter um fim a terceirização continua a se expandir pela universidade. Em contato com a AFAPUC a Fundação São Paulo informou que entraria em contato com os responsáveis pela terceirizada na sexta-feira, 14/6.

A mesma empresa tem atrasado os salários de seus funcionários na USP, o que provocou a entrada em greve desde a semana passada. Os métodos são os mesmos da PUC-SP, atraso de salários e pagamento com valores alterados.

O movimento da USP vem contando com a solidariedade de professores, alunos e funcionários administrativos. Também a APROPUC enviou nota solidarizando-se com os funcionários.

Repressão policial espalha pânico na noite de São Paulo



ANNA COELHO

Milhares de manifestantes protestam em São Paulo

Desde o primeiro ato contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô de São Paulo, a Polícia Militar tem protagonizado cenas de repressão, violência e abuso de autoridade com os manifestantes paulistanos. Cenas de terror foram vividas pelos mais de dez mil cidadãos que foram às ruas pedir pela redução das passagens de ônibus e metrô. Há quem diga que são apenas 20 centavos, mas a própria imprensa já mostrou que, além da violência policial, muitos trabalhadores estão sofrendo outro tipo de violência: deixam de se alimentar ou de comprar água por conta da diferença de preço nas passagens.

Muitos foram presos: manifestantes, jornalistas, transeuntes. Seus crimes eram portar vinagre, "arma" conhecida principalmente por aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo atirado pela polícia - esta, que sequer se preocupou com a observação nas latas de explosivos: "Validade: 2010. Atenção, oferece perigo se utilizado após o este prazo.

Durante as três primeiras

manifestações boa parte da imprensa insistia em qualificá-las como vandalismo, porém, depois da violência da quinta-feira, 13/6, quando vários jornalistas foram feridos, o discurso mudou parcialmente recaído sobre a arbitrariedade policial.

Ex-alunos da PUC-SP foram presos na terça-feira, 11/6. Enquanto Pedro Nogueira conseguiu liberdade na sexta-feira, Raphael Sanz continuava preso aguardando o pagamento de fiança de R\$ 20 mil. As contribuições poderão ser feitas através do endereço eletrônico <http://www.vakinha.com.br/VaquinhaP.aspx?e=202631>.

Caiu a máscara de democracia que era ostentada por Alckmin e Haddad que além de colaborarem com a barbárie que se estabeleceu na cidade, negaram-se ao diálogo proposto pelo Ministério Público. Já a presidente Dilma, através de seu ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, professor da PUC-SP, também ofereceu seus valiosos préstimos para reprimir os manifestantes.

Mais solidariedade à professora Bia

Ainda sem uma resposta por parte da professora Anna Cintra sobre o processo político movido contra a diretora da APROPUC Bia Abramides, a solidariedade da sociedade civil não para de chegar. Esta semana recebemos as manifestações de:

Aline Fernandes – Dançarina e socióloga; Aliria Duarte - Terapeuta Holística; Allan Rodrigues Dias – Acompanha na câmara a com. de direitos humanos; Everton Souza de Araújo-Secr. Est. Saúde; Fabrício Barros -Metroviário; Fátima Grave Ortiz - Profª da UFRJ - Serviço Social; Franci Gomes Cardoso – Prof.ª UNICEUMA; Gilberto Te-

deia - Prof. Universidade de Brasi; Manuel W. Mallardi - Prof Trabalho Social - Universidad Nacional Provincia de Buenos Aires; Maria Rosângela Batistoni - Profa. da Faculdade de Serviço Social da UFJF; Maria Teresa dos Santos – Prof.ª Serviço Social UFSC; Morena Marques-Prof.ª UNB; Onilda Alves do Carmo - Profª – UNESP-Franca; Sheila Dias Almeida - Assistente Social - Profª da Universidade Federal de Ouro Preto; Tereza Nunes de Oliveira- Profª - UFAL; Valéria Siqueira- S.S- Profª UFRB; Maria Cristina Miranda da Silva (UFRJ), Carolina Mamblona (Universidad

Nacional de la Plata), Helena Cris Frigutti (Tribunal de Justiça do Est. de São Paulo), Deocleciana Ferreira (Instituto Camboni), Raquel Santos (Instituto Romântico), Wanair Rosetto (Uniderp), Evando San (Serviço Público Estadual), Maria Conceição Silva (PM São José dos Campos), Ivan Ducatti (USP), Cláudia Barreto (USF), Fernanda Leite (Uninove), Valentina Lisboa (Uniesp), Adriana Brito da Silva (Instituto Paulo Freire), Fábio Rodrigues (SME), Manuela Soares Silveira (Ufube), Verena Garcia Dirienzo (Idort), José Menezes Gomes (UFMA), Luana Marques Pascoalim (PUC-SP),

Elisama Araújo (APAR), Ilka Custódio (UNG), Rosilene Pimentel Gomes (PMTS), Dan Borsatto (Ministério de Des. Social e Combate à Fome), Bruna Viana (UEL), Lívia Viana (Siemens), Luana Braga (Uniube), Ana Regina Oliveira (PEAC), Dulce Sales (UECE), Elisângela Matos (Associação Mulher Vida).

Retificação: A ex-professora da PUC-SP Anna Maria Garzone Furtado solicita que seja retificada a informação de que ela tenha assinado a lista de apoio à professora Bia. Ela não assinou lista de solidariedade em relação ao processo administrativo movido pela PUC-SP

Adiado depoimento de Zé Celso

O dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, presidente da Associação Teat(r)O Oficina Uzyna Uzona, foi intimado no dia 24/5 a comparecer no dia 11/6 ao 23º Distrito Policial de São Paulo para prestar depoimento e elucidar os fatos ocorridos no dia da performance de seu grupo na PUC-SP, em atividade durante a greve de 2012. O advogado de Zé Celso, no entanto, solicitou que o depoimento fosse adiado, remarcando-o para o dia 21/6 a reunião. Em seu blog, o diretor postou uma cópia da intimação e criticou a atitude da reitoria. Segundo ele, "os alunos e muitos professores ocuparam a Universidade em virtude da nomeação para a Reitoria de uma candidata que pegou 3º lugar na eleição, mas foi a escolhida antidemocraticamente pelos representantes

do Vaticano no Brasil por estar de acordo em transformar a PUC num 'Recinto de Pregação Fundamentalista ROMANA'". O texto, que pode ser conferido no link <http://blogdozelcelso.wordpress.com/2013/06/06/561/>, ainda traz relatos de Zé Celso da época em que cursou Filosofia na PUC-SP.

POSIÇÃO DA REITORIA NOMEADA

No dia 10/6, a reitoria escreveu uma carta pública sobre as festas que ocorrem no campus Monte Alegre, completando com uma observação sobre o processo contra o diretor. O texto relata que "a PUC-SP e a Fundação São Paulo não têm nenhuma relação com a intimação recebida pelo diretor José Celso Martinez Corrêa para que ele

preste depoimento sobre o ato realizado em novembro do ano passado, no Pátio da Cruz. No entanto, discordamos radicalmente da apresentação feita pelo teatrólogo, por considerá-la inadequada em uma instituição católica".

Nesse mesmo texto a reitoria afirma que "já se reuniu com o secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella

Vieira, para discutir esta e outras questões referentes à segurança da comunidade puquiiana"

Ou seja, a reitora nomeada que não dialoga com ninguém, confessa ter se reunido com os responsáveis pela repressão ao Movimento Passe Livre nas últimas semanas. Talvez seja isto que ela espere também para nossa universidade.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

A CRISE DA PUC-SP

LUIZ CARLOS CAMPOS

"Minha preocupação é que as gestões atuais e futuras só queiram fazer a máquina andar sem ideias novas"

Luiz Carlos Campos leciona na PUC-SP há 42 anos. Exercendo cargos administrativos como chefe de departamento, coordenação de curso, representação em órgãos colegiados e direção da faculdade de Ciência Exatas e Tecnologia por oito anos.

Em sua entrevista, nesta semana, ele delinea as suas perspectivas para a PUC-SP de hoje e a universidade do ano 2020.



ARQUIVO PUCVIVA

SOBRE A CRISE DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Durante esses anos vivenciei várias crises na universidade, como docente e também participando da direção da APROPUC. Durante esse período, creio que a PUC-SP passou por crises não somente acadêmicas, mas administrativas. Atualmente tenho uma preocupação com aquilo que pode acontecer para a universidade, uma vez que nós estamos em um processo onde o Consun - que era o órgão máximo de deliberação da universidade - está perdendo seu espaço em função da atuação do Consad, que passa a deliberar em instâncias que deveriam ser puramente acadêmicas.

Isso porque, em primeiro lugar, a função da mantenedora, definida pelo MEC, é dar condições para que a mantida sobreviva. Isso se traduz em captação de recursos para subsidiar a parte acadêmica da mantida. O que nós vemos através dos últimos atos é uma ingerência direta na parte acadêmica, e a gestão da universidade também está tomando posturas perigosas, pois propostas que

foram aprovadas pelo Consun não estão sendo acatadas.

Nesses oito anos em que estive no Consun, me pautei pela apresentação de propostas, coisa que hoje eu não estou vendo. Sinto falta de um "projeto de Estado para PUC-SP", um projeto de governo, assim como acontece na política partidária do país. O que a PUC-SP conseguiu nestas últimas décadas em termos de prestígio, capacidade intelectual e pedagógica do seu corpo docente pode desmoronar, na medida em que não temos um projeto, um plano, para que haja substituição adequada dos nossos quadros. Dessa maneira, creio que a universidade pode implodir. Dediquei a vida à universidade e tudo isso me deixa muito triste.

Algumas decisões que se tomam nesse momento não estão levando em conta a dimensão institucional da universidade, mas sim refletem a visão de grupos. Alguns projetos, alguns programas, alguns cursos estão sendo avaliados, mais por quem fez esse projeto do que por aquilo que este projeto representa para a universidade.

ELEIÇÕES E PROCESSOS POLÍTICOS

Em relação a estas últimas eleições podemos verificar o desinteresse da comunidade pelo pleito. Na minha faculdade, pela primeira vez, não tivemos candidatos para as representações no Cepe e no Consun. As pessoas que sempre vestiram a camisa da PUC-SP estão se afastando. Talvez seja o momento de surgirem novas lideranças, mas, qualquer gestão só cresce se tiver uma oposição. Se todo mundo estiver concordando, começamos a fazer com que a subserviência ocupe o lugar da competência.

A tentativa de amordaçar o movimento sindical interno é muito séria, porque você não vai ter uma resistência, e quem está na gestão tem que ouvir a oposição, para poder tirar daí subsídio para uma política de desenvolvimento crítico para a universidade.

A criação da Comissão da Verdade não deveria ter por função investigar somente o passado. Por que não ver o que está acontecendo nesse momento na universidade?

É muito bom que tenhamos uma comissão que vai estudar o nosso passado, mas e o presente? Na medida em que você não pode questionar, não pode ter oposição, fica muito estranho criar-se uma comissão que vai investigar os desmandos provindos da política governamental, esquecendo-se os problemas internos.

Hoje estou saindo da gestão desanimado com o que está acontecendo, principalmente com algumas decisões que foram tomadas. Ao longo desses oito anos à frente da direção a minha equipe de trabalho e eu criamos cursos novos, que foram questionados por certas pessoas no Consun, e hoje se constituem em sucesso. A decisão do Consun sobre o Vestibular de Inverno choca-se com projetos pedagógicos que tínhamos que previam em quatro cursos o ingresso de alunos no segundo semestre, em paralelo com as turmas em andamento, onde ele não perderia um semestre, mas faria esse semestre ao final

continua na próxima página

continuação da página anterior

do curso. No curso de Engenharia Civil, tivemos a inscrição de 79 alunos, e 48 em Engenharia de Produção, que foram cortados pelo Consad. Adota-se uma regra geral para todos os pedidos, sem considerar-se um histórico específico de cada unidade. Os resultados positivos não foram avaliados, com uma canetada se cortou tudo.

SOLUÇÕES PARA A CRISE

Em primeiro lugar, precisaram-se estabelecer quais são as competências do Consad e do Consun. O Consad não pode atropelar a parte pedagógica. O nosso estatuto e regimentos são falhos em várias coisas que precisavam ser revistas. Mas fazer uma revisão onde se coloca a mantenedora como sendo a dona das decisões acadêmicas da mantida, além de contrariar a normatização do MEC, é prejudicial para instituição. Passamos a ter um enxugamento da universidade que faz com que ela perca totalmente o seu sentido. Em qualquer instituição os cursos superavitários acabam cobrindo os deficitários para se manter o conceito de universidade.

Outro problema é que temos que fazer uma revisão do conceito de vestibular, que ainda é o dos anos 80. Só existe sentido em se fazer vestibular para cursos que tenham procura superior a dois candidatos por vagas. A maioria dos nossos cursos não tem essa procura, então precisaríamos fazer um processo seletivo. Nesse sentido, sou favorável à adoção do Enem como um método de processo seletivo. As universidades federais já estão adotando essa sistemática, que vai ser o caminho comum para todas as outras faculdades.

Por outro lado, a universidade tem que ter coragem de fazer uma avaliação de sua docência, o que não se confunde com avaliação para ingresso ou promoção na carreira. E também esta avaliação deve ser diferente desta proposta atualmente desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A CPA tem uma função importante em relação ao MEC, que é a avaliação docente pelos alunos. Agora, deveríamos ter uma avaliação docente de desempenho, isto é estatutário e ninguém cumpre, porque existem para os professores atividades compulsórias, que muitos não cumprem. Então acontece um represamento, o professor não pode ser promovido na carreira e aquele que produz se sente desprestigiado e vai embora da universidade.

Aqui na faculdade, nós perdemos bons professores, com projeto, mas que foram contratados como auxiliares de ensino e não podiam entrar na carreira porque não havia vaga. Hoje ninguém se sujeita a vir para cá para ganhar como auxiliar sendo doutor. Para um professor que tem produção científica muito grande isto é um demérito. Fala-se muito em projetos, mas quem é que escreve e desenvolve um projeto? Aqui na faculdade posso contar nos dedos os projetos que estão sendo desenvolvidos por professores. Se a universidade não incentivar o professor a pesquisar, ele vai embora, e daqui a pouco a universidade acaba.

Aí eu pergunto: o que será a PUC em 2020? Nossa geração de professores está envelhecida, daqui a 10, 15 anos, eles estarão fora, e quem irá substituí-los? A APROPUC há muito tempo procura discutir esta questão com a Fundação, que consistiria na criação de uma aposentadoria complementar, para

que o professor com 75 anos tivesse uma complementação no seu rendimento. Cria-se comissão de estudo, mas nada vai adiante. O professor não consegue sair de sala de aula porque precisa sobreviver. E quando temos tem uma complementação a substituição é natural, e o professor que está entrando vislumbra a possibilidade de ascender na carreira. Esse é o calcanhar de Aquiles da PUC-SP. O processo de avaliação docente está intimamente ligado à possibilidade de ascensão na carreira. Hoje temos muitos professores que produzem e não estão no topo da carreira, daqui a pouco eles desanimam e vão embora.

ENTIDADES SINDICAIS

Eu não concordo que o professor que está no topo da carreira fique 5, 10 anos sem publicar um artigo, sem desenvolver um projeto. Parece que estes professores subiram e tiraram a escada. Isso vai ter que ser discutido com toda a categoria, e daí a necessidade do fortalecimento de um órgão que sempre defendeu os professores, como a APROPUC, da qual muitos professores, depois que viraram associados, se afastaram. Quando a APROPUC consegue conquistas é ótimo, mas, agora que conseguimos estas conquistas, o professor vai embora. Falta um reconhecimento da instituição em relação às suas entidades de classe, tanto dos professores quanto dos funcionários, que também passam por uma situação complicada quanto ao seu plano de carreira.

Para finalizar gostaria de salientar que os cursos novos que foram criados em minha gestão representam hoje 85% da receita desta faculdade. Se não tivéssemos feito uma política de implantação desses novos cursos, a faculdade

estaria praticamente fechada. E isso, indiretamente, contribuiu para a manutenção da carga horária dos professores. Hoje estamos com 1200 alunos e quando eu assumi tínhamos apenas 240. Faltava um pós graduação *strictu sensu* em engenharia que agora conseguimos criar. Esse é o legado importante que minha equipe de trabalho deixou para a instituição. Hoje saio porque creio que é salutar a substituição. Uma coisa é você estar no poder, outra coisa é gostar do poder, e eu creio que gente nova pode trazer uma mentalidade nova, e isso é interessante. A PUC-SP tem que ir para frente. Eu gostaria muito de ver um projeto para PUC 2020.

Um fato importante é que a USP e a Unicamp vão reservar 50% de suas vagas para a rede pública e isso, se for bem utilizado e bem planejado pela PUC-SP, demandará um diferencial positivo porque esses alunos viriam para a PUC-SP, mas aí é fundamental que tenhamos um projeto para saber como receber esses alunos. Entre esses projetos, creio ser fundamental a busca de recursos junto ao Estado para as licenciaturas, isto vai além do vestibular social. O país está carente de professores que venham das áreas de exatas, matemática, física e química. Então este é o momento da PUC-SP buscar parcerias, porque hoje quem vem para as licenciaturas é o aluno da escola pública, que não tem recursos para pagar as mensalidades das licenciaturas. Agora, ficar sentado na rua Monte Alegre esperando que isso caia do céu, é complicado. E se a PUC não fizer isso, outras universidades certamente irão fazê-lo. Minha preocupação é que as gestões atuais e futuras só queiram fazer a máquina andar e não tenham ideias novas. Dessa maneira, seremos engolidos pelo sistema.

Jacob Gorender falece aos 90 anos

Faleceu na terça-feira, 11/6, o historiador e militante comunista Jacob Gorender. Segundo os familiares, ele estava na UTI há um mês e tinha um quadro infeccioso geral.

Nascido na cidade de Salvador, em 1923, Jacob escreveu livros como de "O escravismo colonial" e "Combate nas trevas", sobre a resistência à ditadura militar.

Também foi autor de tra-

balhos que contribuíram para o aprofundamento do marxismo crítico no Brasil, escrevendo para editoras como Perseu Abramo e Marxismo21.

Gorender foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1968, com o início da ditadura militar, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi perseguido e preso.

O historiador foi reconhecido com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e passou a atuar como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

Nas próximas semanas, Jacob Gorender receberá algumas homenagens.

Em poucos dias, a editora

Marxismo21 abrirá uma página especial na internet sobre o autor. Já a editora Boitempo, com quem Gorender trabalhou em seminário sobre marxismo, deve organizar debates sobre seu pensamento e sua obra.

A militância de Jacob Gorender estará sempre presente entre aqueles que lutaram por um mundo mais justo, longe da exploração do homem pelo homem.

FALA COMUNIDADE

Jornalistas são detidos em protesto em São Paulo: a PM tem saudades da ditadura

Leonardo Sakamoto

Não bastasse a violência desnecessária com a qual lidou com a manifestação contra o aumento nas passagens de ônibus e metrô, que percorreu a região central da cidade, na noite de terça (11), a PM agora deu de prender jornalistas.

Durante os protestos, vários colegas, como os do UOL e do jornal Folha de S.Paulo, foram detidos em flagrantes cenas de abuso de autoridade por parte da força policial, simplesmente porque estavam cumprindo o seu dever de registrar o que acontecia e divulgar à sociedade. Os que pertencem a veículos grandes foram soltos. Já Pedro Ribeiro Nogueira, repórter do Portal Aprendiz, continuava sob custódia, até a tarde desta quarta, sem direito à fiança.

De acordo com testemunhas, quando o protesto já estava se dispersando, Pedro - que cobria o ato - interveio ao ver jovens apanhando de policiais. Uma escolha que nós, jornalistas, somos instados a fazer muitas vezes na profissão: ficar

observando, tentando se portar como um narrador em terceira pessoa (em uma concepção fictícia de imparcialidade), ou assumir que fazemos parte de um tecido social e interagir com ele.

Como resposta, foi espancado por policiais, levado à 78ª Delegacia de Polícia e indiciado por dano qualificado e formação de quadrilha. Do jeito em que as liberdades individuais andam por aqui, trabalhar em redação jornalística passará a ser, em breve, formação de quadrilha. Se sobrar redação depois dos passalhos, é claro. Conversei com representantes do jornalista. Segundo eles, Severino Pereira, delegado que estava cuidando do caso, não aceitou recebê-los, tampouco as pessoas que testemunharam a prisão e poderiam afirmar que Pedro é inocente das acusações. Tentei contato com o delegado, mas sem sucesso. Pedro foi transferido para a 2ª DP.

Ele estava onde um jornalista deveria estar na noite desta terça em São Paulo. Ele fez o que foi certo não apenas como profissional, mas também como cidadão. E está

sendo penalizado por isso.

Além do despreparo de parte da corporação para lidar com gente, a única coisa que posso pensar é que isso é herança reafirmada de uma ditadura militar que pode até ter ido embora, mas deixou seus métodos enraizados em nossa democracia.

Mais do que um país sem memória e com pouca Justiça, temos diante de nós um Brasil conivente com a violência como principal instrumento de ação policial. Enquanto não acertarmos as contas com o nosso passado, não teremos capacidade de entender qual foi a herança deixada por ele - na qual estamos afundados até o pescoço e nos define. Foram-se as garrafas, ficaram-se os rótulos. A ditadura se foi, sua influência permanece. Não somos um país que respeita os direitos e não há perspectivas para que isso passe a acontecer, pois, acima de tudo, falta entendimento. Além do mais, os veículos de comunicação se furtam a mostrar todos os lados do fato e, conseqüentemente, fica mais difícil angariar apoio da própria população.

O impacto desse não-apoio se faz sentir no dia-a-dia nos protestos de rua, nos distritos policiais, nas salas de interrogatórios, nas periferias das grandes cidades, nos grotões da zona rural, em presídios, com o Estado aterrorizando parte da população com a anuência da outra parte. Se esse jornalista for mantido sob custódia, sugiro então que os representantes dos governos estadual e municipal se furtem a dizer, nos eventos dos quais estão participando na Europa, que o Brasil é um país com liberdade de expressão. Pois eles não saberão do que estão falando.

Leonardo Sakamoto é jornalista e professor da PUC-SP

Nota da redação: Ao encerrarmos esta edição recebíamos a notícia da libertação de Pedro Nogueira. Porém Rafael Sanz, jornalista e também ex-aluno da PUC-SP, continuava preso aguardando fiança de R\$ 20mil. A agressão a Pedro Nogueira está registrada em vídeo: www.facebook.com/video/video.php?v=591289044238509

GAUCHE NA VIDA

Carta à presidenta Dilma: Desqualificação da Funai repete último governo militar

Juristas brasileiros,

A atitude do governo federal de desqualificar, através da Casa Civil, os estudos antropológicos desenvolvidos pela Funai e que servem de base aos processos administrativos para efetivar as demarcações de terras indígenas, gerou uma insegurança jurídica para os interesses dos povos indígenas no Brasil.

A decisão da Casa Civil da Presidência da República apresentada aos representantes do agronegócio e parlamentares do Mato Grosso do Sul, em reunião na semana passada em Brasília, de que a Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, "avaliarão e darão contribuições" aos estudos antropológicos realizados pela Funai, repete a ação do último governo militar ao instituir o famigerado "grupão" do MIRAD, capitaneado pelo general Venturini, para "disciplinar" a Funai e "avaliar" as demandas indígenas.

O caminho para uma demarcação de terra indígena hoje é complexo e apesar do Decreto 1.775/96 (da lavra do então Ministro Nelson Jobim) facultar o contraditório em todas as fases do processo administrativo, este processo acaba indo parar na justiça a partir da simples nomeação, pela Funai, do grupo técnico encarregado de identificar uma terra indígena. E a judicialização é cheia de percalços e artimanhas jurídicas, medidas liminares a serviço do impedimento, chegando a absurdos como, por exemplo, a Reclamação 8070 (relativa à terra indígena Raposa Serra do Sol), que ocupou tempo e trabalho de juizes. Mecanismos de protelação judicial que empurram a solução dos conflitos por décadas afrontando a obri-

gação constitucional da União de concluir as demarcações até cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988.

O processo das terras tere-nas, onde acaba de ser assassinado pela Polícia Federal o índio Oziel Gabriel de 35 anos, chegou ao STF depois de 13 anos de tramitação e ao alcançar tão alta instância do judiciário brasileiro, com aprovação em plenário, onde analisou-se nos autos as provas de cada lado envolvido juntadas em todos estes anos de tribunais, retorna à Justiça do Mato Grosso do Sul, para novas perícias e faz-se um looping para não resolver o problema. Será que começa do zero?

A proposta da Ministra Gleisi Hoffmann introduz uma nova rota de fuga para criação de contraditórios jurídicos. É mais um mecanismo que favorece a geração de novos impedimentos jurídicos por parte do agronegócio, proporcionando que a ação de demarcação de terras continue circulando nas instâncias da justiça. Agora, também com questionamentos embasados em contra-laudos e opiniões de setores do próprio estado e cujos interesses são distintos dos interesses indígenas, representados constitucionalmente pela Funai, através de laudos antropológicos aprovados pelo Ministério da Justiça para as questões de demarcação de suas terras.

A medida atinge os estudos já aprovados pelo Ministério da Justiça, aqueles que aguardam homologação e os em curso e abre também possibilidades de questionamento na justiça de terras já demarcadas, promovendo uma insegurança jurídica, que evidentemente é sentida por todos os povos indígenas envolvidos em disputas territoriais e setores da sociedade que

acompanham e atuam neste problema.

Com tal medida fica evidente a responsabilidade da Ministra Gleisi Hoffmann pela radicalização da tensão no Mato Grosso do Sul e que atinge também outros povos de outros estados. O governo erra ao escolher lidar com o problema pelo caminho da protelação e do desmonte constitucional das funções da Funai, priorizando aspectos de desenvolvimento econômico e eleitorais frente aos direitos indígenas. Atenta aos direitos humanos e gera mais tensão no conflito indígena brasileiro.

No Mato Grosso do Sul a não solução da demarcação das terras indígenas é uma das várias guerras de baixa intensidade que vivemos em nosso país. São centenas de milhares de pessoas atingidas e a mudança de rito de tramitação da demarcação de terras indígenas, abrindo à consulta e apreciação os laudos antropológicos produzidos pela Funai para setores antagônicos à demarcação, contrariamente o que pensa a Casa Civil, só trará mais resistência indígena e mais conflitos.

Estes povos vivem em conflito permanente com o desenvolvimento de nossa sociedade há muitas décadas, em 1908 uma área de um milhão de hectares é arrendada para uma empresa de mate, como se lá não existissem índios, 1955 houve uma CPI para apurar a apropriação ilegal de suas terras por grandes figuras da política mato-grossense, em 1965 um IPM é instaurado para apurar o roubo de terras indígenas, em 1968 o Relatório Figueiredo [leia-o aqui], recentemente localizado, aponta inúmeras violências e esbulhos de suas terras e renda, documentos que jogam luz sobre conflitos que se

arrastam por décadas, causando sofrimento e dor em uma das maiores populações indígenas do Brasil.

Num país em que engatinhamos no direito de acesso à informação pública, cuja lei foi aprovada junto com a que criou a Comissão Nacional da Verdade, onde muitos documentos continuam escondidos, fora de catalogação institucional e, portanto, do acesso público, a hipótese de que terras demarcadas não possa mais ser objeto de ampliação é atitude antagônica ao momento em que vive a sociedade brasileira de busca por verdade e memória, justiça, reparação e não-repetição.

A justiça de transição, que reclamamos aos mortos e desaparecidos políticos, aos atingidos por torturas, aos perseguidos pela ditadura de 64, também alcança os povos indígenas brasileiros. Em sua grande maioria foram perseguidos, sofreram atentados, assassinatos, chacinas, massacres, como também sofreram torturas, prisões, desaparecimentos, remoções forçadas, escravização e hoje tais violações são objeto de estudo pela Comissão Nacional da Verdade.

O documento anexo, desaparecido por 45 anos, contém o depoimento dado pelo Chefe da Inspeção Regional do Serviço de Proteção do Índio de Campo Grande ao procurador Jader de Figueiredo Correia, presidente da Comissão de Investigação do Ministério do Interior, onde apontam nomes de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, juizes e outras pessoas que se apossaram de forma ilegal de terras indígenas no antigo estado do Mato Grosso.

continua na próxima página

continuação da página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribos indígenas ocupam sede da Funai

A questão indígena dará o tamanho da régua que apontará a medida da evolução democrática de nossa sociedade, que está entre reconhecer os erros cometidos pelo estado, mudar condutas, reparar direitos destes povos e desenvolver mecanismos de não-repetição ou seguir o rumo da protelação judicial e os retrocessos em direitos humanos com o retorno de assassinatos, demonstração de uso indevido de força e censura.

No passado muitos crimes foram cometidos em nome do desenvolvimento e da lei de segurança nacional, hoje tais práticas se escondem atrás de um discurso sobre a necessidade de "governabilidade" e de um "governo em disputa", porém na prática os crimes continuam os mesmos, mudamos os atores e não avançamos em mudarmos estas condutas do estado brasileiro, gerando mecanismos de respeito aos cidadãos e garantias de seus direitos.

Assinam:

Anivaldo Padilha - membro do Konoinia, Presença Ecumênica e Serviço; **Dalmo Dallari** - jurista e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; **Gilberto Azanha** - antropólogo e coordenador do Centro de Trabalho Indigenista; **Marcelo Zelic** - vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de SP; **Roberto Monte** - membro do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte

<http://www.brasildefato.com.br/node/13112>

Após não serem recebidos pelo ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), um grupo de aproximadamente 150 indígenas ocupou provisoriamente na segunda, 10/6, a sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Brasília.

O ato, que transcorreu

pacificamente até o final, foi realizado por indígenas de quatro etnias (Arara, Xipaia, Caiapó e Mundurucu), prejudicadas pelas hidrelétricas de Belo Monte e do rio Tapajós, no Pará. Os índios exigem ter poder de veto a obras que sejam construídas em seus territórios.

Na semana anterior, na sexta-feira, os mesmos grupos haviam se reunido com Carvalho, que prometeu recebê-los na segunda-feira para continuação das negociações. Quando chegaram ao Planalto, porém, o ministro não os recebeu, o que gerou revolta e provocou a manifestação.

Comunidade da UNESP vota pela paralisação

Professores, funcionários e estudantes da UNESP de Franca decidiram, em assembleia realizada na quarta-feira, 12/6, a continuação da greve que se estende desde o dia 3/6. Na ocasião, estudantes e funcionários começaram a greve, e ganharam o apoio dos professores logo depois, no dia 6/6. Desde então, todas as atividades da universidade es-

tão paradas. Além da UNESP de Franca, outros campi também estão em greve, como em Sorocaba, Botucatu, Assis, entre outros.

Os servidores e docentes pedem reajuste salarial de 11% junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e isonomia de pisos e benefícios com a USP e a Unicamp.

Já os estudantes reivindicam nova moradia estudantil, investimentos em segurança nos arredores dos campi, ampliação de restaurante universitário e aumento da oferta de bolsas de auxílio socioeconômico.

A APROPUC se solidarizou com o movimento enviando nota de apoio à comunidade da UNESP.

Marcha da maconha leva quase 10 mil às ruas



MARINA DAQUINO

Foi realizada no sábado, 8/6, mais uma edição da Marcha da Maconha em São Paulo. A manifestação, com aproximadamente 10 mil pessoas, de acordo com a organização, saiu da avenida Paulista, passou pela Consolação e rumou em direção ao centro.

Diversas organizações e coletivos fizeram parte do ato, como partidos de esquer-

da, grupos da zona leste, da zona sul, coletivos feministas e contra a internação compulsória.

Durante o ato, houve tumulto e um jovem foi detido pelo uso de entorpecente. Porém, de acordo com uma das organizadoras da marcha, Gabriela Moncau, a orientação geral é para que não se fume maconha nos atos.

Protesto contra Copa no Mané Garrincha

Manifestantes bloquearam com pneus queimados na sexta-feira, 14/6, as seis vias em torno do estádio Mané Garrincha, na capital federal. O protesto, que contou com aproximadamente 500 pessoas e foi organizado pelo Comitê Popular da Copa, aconteceu um dia antes da abertura da Copa das Confederações, evento de teste para o Mundial de 2014, que acontecerá no Brasil.

Entre as reivindicações dos grupos presentes, como MTST, estava uma auditoria do custos de reforma do estádio e um plano de moradia popular.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

ROLA NA RAMPA

Revista PUCviva debate capitalismo e guerra

A crise do capitalismo e as tendências bélicas mundiais. Este é tema da edição 42 da **Revista PUCviva**, cuja capa é ilustrada com uma foto do Museu da Guerra..

Com editorial e apresentação dos professores Erson Martins de Oliveira e Priscilla Cornalbas, a revista será entregue a partir desta semana nos escaninhos dos associados à APROPUC. Nessa edição, a publicação conta com 10 textos de professores, militantes sociais e cientistas políticos. Osvaldo Coggiola, Simone Ishibashi, Ricardo Melani, Edmilson Costa, Milton Pinheiro, João de Moraes, Gilson Dantas, Sofia Manzano, João Quartim

de Moraes e Sharly Nunes de Albuquerque são os convidados para debater o tema sob diversas prismas.

Entre eles, estão as atuais tendências bélicas e a geopolítica mundial, o capitalismo contemporâneo, a Palestina e o sionismo, a ocupação militar do Afeganistão, as questões Síria e Iraniana e a Primavera Árabe.

"Talvez não haja tema mais importante de tratar do que o belicismo na situação atual, marcada pela intervenção de vários países por grandes potências e por vários conflitos armados espalhados ao redor do mundo", afirma Cornalbas em sua apresentação.

Ambulantes denunciam truculência em apreensão

Vendedores ambulantes que trabalham nas imediações da PUC-SP, no campus Monte Alegre, denunciaram mais uma apreensão violenta dos seus materiais pelo poder público. Não é a primeira vez que este tipo de ação é feito de forma violenta. Assim como das outras vezes, os fiscais derrubaram barracas e quebraram os produtos dos vendedores. Procurado

pelo **PUCviva**, o setor de apreensão da subprefeitura da Lapa afirmou que este procedimento é padrão, mas não pode ser feito com violência. "O fiscal tem que verificar a documentação (termo de permissão de uso) e, caso o ambulante não tenha, seus produtos devem ser recolhidos para reciclagem ou doação", afirmou José Elias, que trabalha no setor.

Membros da reitoria nomeada invadem CA de Direito

Na semana retrasada, segundo informações de integrantes do CA 22 de Agosto, o chefe de gabinete da reitora nomeada, Lafayette Pozzoli, juntamente com o presidente da Comissão de Sindicância da **PUC-SP**, entraram no centro acadêmico da Faculdade de Direito sem autorização dos estudantes. Os professores levaram uma

caixa de bebidas alcoólicas, que não foram devolvidas até o momento aos estudantes. Tal prática é inédita na universidade que nem mesmo durante a reitoria da professora Maura Veras assistiu invasões desse tipo a recintos que gozam de autonomia universitária e sempre receberam o respeito dos dirigentes eleitos da PUC-SP.

Eleições gerais acontecem em clima de apatia

Quase não dava para se perceber que a PUC-SP realizava na semana passada eleições para a renovação de direções de faculdades, chefias de departamento, coordenações e representações nos órgãos colegiados. A possibilidade de utilização da lista tríplice por parte da reitora nomeada afastou um razoável número de candidatos ou fez com que surgissem frentes que garantissem

a aprovação de determinadas chapas sem uma adequada discussão de projetos. Além disso, os alunos pouco participaram da votação, em um processo que lhes retirou boa parte do peso político. Por tudo isso, o resultado que será promulgado nesta semana não terá o mesmo sabor de disputa que tinham as outras eleições. Quando realmente a democracia sobrevivia na PUC-SP.

NEILS debate neoliberalismo e governo PT

O Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, promoverá o debate "Neoliberal, neodesenvolvimentista ou pós-neoliberal: dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores". O evento, que acontecerá no dia 19/6, às

19h no auditório 100 da PUC-SP, contará com a presença de Valério Arcary, professor do CEFET-SP e dirigente nacional do PSTU, e Valter Pomar, historiador e direção nacional do Partido dos Trabalhadores desde 1997, da qual atualmente é secretário de Relações Internacionais.

AFAPUC divulga calendário de eleições para conselhos

A AFAPUC divulgou calendário eleitoral para representantes administrativos nos Órgãos Colegiados (Consun, Conplad e Ceecom) e nas Câmaras (Pós-graduação e Educação Continuada - Cogeeae). As normas e o edital de eleição estão disponíveis no site da AFAPUC e nos murais de cada unidade.

Entre os dias 24 e 26/6 haverá inscrição de chapas, e do dia 24 ao dia 28/6, a campanha eleitoral. No dia 27/6 serão divulgadas todas as chapas inscritas. A votação será entre 1º e 3/7, e a apuração no dia 3. As eleições para os conselhos das faculdades serão realizadas posteriormente.

Exposição do Nu-Sol no Museu da Cultura

Até o dia 28/6, é possível conferir fotografias, documentos e vídeos promovidos pelo Nu-Sol. Sob o tema "Estamos todos presos", resgatando assuntos como o Massacre do Carandiru,

o Museu da Cultura deixará o espaço aberto para visita entre 14h e 19h para visita, no campus Monte Alegre. Mais informações no site www.pucsp.br/museudacultura.